

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR  
2015/2016**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO**

**ANÁLISE DA FUNÇÃO DE COMBATE APOIO DE SERVIÇOS NA  
CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE  
(1964-1975)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**CAP CAV TIAGO FILIPE PARREIRA PIRES(Coordenador)  
CAP MAT LUIS FILIPE PRATAS QUINTO  
CAP INF CARLOS JORGE OLIVEIRA ANTUNES  
CAP ADMIL SÉRGIO AMÉRICO FERNANDES ENES  
CAP INF PEDRO ALBINO LOPES CASTANHEIRA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**ANÁLISE DA FUNÇÃO DE COMBATE APOIO DE SERVIÇOS NA  
CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE  
(1964-1975)**

**CAP CAV TIAGO FILIPE PARREIRA PIRES(Coordenador)**  
**CAP MAT LUIS FILIPE PRATAS QUINTO**  
**CAP INF CARLOS JORGE OLIVEIRA ANTUNES**  
**CAP ADMIL SÉRGIO AMÉRICO FERNANDES ENES**  
**CAP INF PEDRO ALBINO LOPES CASTANHEIRA**

Trabalho de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior 2015/2016

Pedrouços 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**ANÁLISE DA FUNÇÃO DE COMBATE APOIO DE SERVIÇOS NA  
CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE  
(1964-1975)**

**CAP CAV TIAGO FILIPE PARREIRA PIRES(Coordenador)**  
**CAP MAT LUIS FILIPE PRATAS QUINTO**  
**CAP INF CARLOS JORGE OLIVEIRA ANTUNES**  
**CAP ADMIL SÉRGIO AMÉRICO FERNANDES ENES**  
**CAP INF PEDRO ALBINO LOPES CASTANHEIRA**

Trabalho de Investigação Individual do CPOS 2015/2016

Orientadores:

MAJ ADMIL RITA ISABEL COSTA MENDONÇA DA LUZ

Pedrouços 2016



### **Declaração de compromisso Anti Plágio**

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-75) corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto discentes do CPOS 2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

**CAP CAV TIAGO FILIPE PARREIRA PIRES (Coordenador)**

**Ass:**

**CAP MAT LUIS FILIPE PRATAS QUINTO**

**Ass:**

**CAP INF CARLOS JORGE OLIVEIRA ANTUNES**

**Ass:**

**CAP ADMIL SÉRGIO AMÉRICO FERNANDES ENES**

**Ass:**

**CAP INF PEDRO ALBINO LOPES CASTANHEIRA**

**Ass:**

Pedrouços, 08 de julho de 2016



## **Agradecimentos**

À Major Rita Luz, orientadora deste trabalho, pela permanente disponibilidade, apoio, orientação e conselhos úteis transmitidos durante toda a fase de desenvolvimento.

Ao Exmo TGEN Adelino Rodrigues Coelho distinto militar entrevistado, que pela forma prontamente disponível, contribuiu com o seu tempo e saber para a clarificação de conceitos e ideias.



## Índice

Introdução.....	9
1. Apoio de Pessoal.....	14
1.1. Administração de Pessoal .....	14
1.2. Manutenção de Efetivo .....	15
1.3. Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem .....	19
1.4. Desenvolvimento e Manutenção do Moral .....	21
1.5. Serviço Postal Militar .....	24
1.6. Assuntos Mortuários .....	25
1.7. Síntese conclusiva.....	26
2. A Logística na condução da Campanha.....	28
2.1. A evolução do Apoio Logístico .....	28
2.1.1. 1ªFase – Desde o período de pré insurreição até meados de 1964 .....	28
2.1.2. 2ªFase – Início das operações militares e até finais da década de 60 ..	29
2.1.3. Início durante o ano de 1970, e anos subsequentes .....	32
2.2. A divisão da Região Militar de Moçambique em áreas Logísticas .....	34
2.3. Síntese Conclusiva.....	39
Conclusões.....	41
Bibliografia.....	45

## Índice de Anexos

Anexo A — Rede de estradas de Moçambique .....	Anx A-1
Anexo B — Rede de caminhos de ferro de Moçambique .....	Anx B-1
Anexo C — Rede hidrográfica de Moçambique.....	Anx C-1

## Índice de Apêndices

Apêndice A — Transcrição da entrevista realizada ao Exmo. TGEN Adelino Rodrigues Coelho .....	Apd A-1
---	---------



### **Índice de Imagens**

Imagem 1 - Circular do Estado Maior do Exército .....	20
Imagem 2 - Aerograma encomendado pelo MNF à Tipografia ORBIS.....	22
Imagem 3 - Mensagem do Serviço Postal Militar .....	25
Imagem 4 - Teleograma com anúncio de morte .....	26
Imagem 5 - Dispositivo Logístico em Fevereiro de 1963 .....	28
Imagem 6 - Dispositivo Logístico em Julho de 1965 .....	29
Imagem 7 - Dispositivo Logístico de 1967 .....	30
Imagem 8 - Dispositivo Logístico em Março de 1970 .....	33
Imagem 9 - Dispositivo Logístico em 01 de Abril de 1974 .....	34
Imagem 10 - As 4 áreas Logísticas.....	35
Imagem 11 - Ilustração gráfica do Sistema de Transportes.....	38

### **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Emigração .....	16
Gráfico 2 - Faltosos à Inspeção .....	16
Gráfico 3 - Ingresso na Academia Militar .....	17

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Evolução dos efetivos no TO de Moçambique .....	18
Tabela 2 - Evolução das Baixas no TO de Moçambique .....	18



## **Resumo**

As campanhas militares em África foram o conflito com maior impacto na sociedade Portuguesa, de entre aqueles em que as nossas Forças Armadas estiveram empenhadas. Estas campanhas representaram uma inesgotável fonte de lições aprendidas contribuindo de forma significativa para o evoluir do conceito de emprego de forças assim como para o planeamento de operações atuais e futuras.

Com o intuito de explorar este tema geral, o Instituto Universitário Militar apresentou como objetivo para os vários Trabalhos de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior de 2015-2016 o estudo do Teatro de Operações de Moçambique.

O presente trabalho de investigação teve como objetivo analisar a forma como foi conduzido o Apoio de Serviços durante a campanha militar em Moçambique no período de 1964 a 1975, particularmente analisado do ponto de vista do Apoio de Pessoal e Apoio Logístico.

Como conclusões podem indicar-se o desenvolvimento, adaptação e aproximação à manobra operacional por parte do Apoio de Serviços, bem como a criação e implementação de novas metodologias e um esforço na formação e treino das tropas empenhadas neste Teatro de Operações.

## **Palavras-chave:**

Moçambique, Apoio de Serviços, Apoio de Pessoal, Reabastecimento, Instrução.



***Abstract***

The military campaigns in Africa were the conflict with greatest impact in the Portuguese society, in which our armed forces were involved. These campaigns represented an inexhaustible source of knowledge, being a significant contribution to the evolution of armed forces doctrine, as to the planning of both current and future operations.

Aiming to explore this general subject, the Instituto Universitário Militar (Military University Institute) presented as the objective, for the series of group investigation studies for the Graduation Course for Senior Officers of 2015-2016, the operations theatre of Mozambique.

The current investigation study has had the objective of analyzing how the Services support was conducted in Mozambique during the period of 1964-1975, particularly analyzing from the standpoint of Personnel Support and Logistics Support.

As a conclusion may be indicated the development, adaptation and convergence to the operational maneuver, by the services support, as well as the creation and implementation of new methodologies and an effort in creating and training the troops involved in this Operations Theatre.

**Keywords:**

Mozambique, Services Support, Personnel Support, Logistic Support, Training.



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

### **C**

CJM - Código de Justiça Militar

CTT - Correios, Telégrafos e Telefones

CVP - Seção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa

COR CEM TIR – Coronel Chefe Estado Maior Tirocinado

### **F**

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

### **G**

GE - Grupos Especiais de Milícias

GEP - Grupos Especiais Paraquedistas

GEPC - Grupos Especiais de Pisteiros de Combate

### **M**

MNF - Movimento Nacional Feminino

### **R**

RMM - Região Militar de Moçambique

RDM - Regulamento de Disciplina Militar

### **S**

STM - Supremo Tribunal Militar

SPM - Serviço Postar Militar

### **T**

TO - Teatro de Operações

TMT - Tribunais Militares Territoriais

### **Z**

ZIN - Zona de Intervenção Norte



## Introdução

A alteração do tipo de ameaça e forma de atuar bem como o elevado número de combatentes nos três teatros das campanhas de África nomeadamente em Angola, Guiné Bissau e Moçambique, entre 1964 e 1975 traduziu-se num forte empenhamento de recursos de ordem humana, financeira e material, obrigando a uma gestão e otimização dos mesmos.

As campanhas militares em África foram o último grande conflito militar para Portugal, tendo sido a primeira potência colonial a chegar ao continente Africano e a última a abandoná-lo. O facto de ter permanecido em conflito durante 13 anos, a oito mil quilómetros da metrópole foi um feito notável para um país com escassos recursos. (Cann, 1998) Acrescer ainda que Portugal teve intervenção em três Teatro de Operações (TO) distintos, com diferentes requisitos de campanha, determinando desta forma a organização logística que foi implementada em cada um dos TO.

O efetivo militar e milícias que participaram no TO de Moçambique foi variado destacando-se:

- Unidades de Reforço (Recrutamento na Metrópole)

Estas unidades começam a surgir já preparadas e treinadas para o TO de Moçambique a partir de 1960, data em que se levantou a preocupação de uma guerra do tipo subversivo no Ultramar. O escalão definido foi Batalhão e Companhia. Com o avançar da guerra no Ultramar e conseqüentemente às dificuldades em pessoal, aparece um reforço de miscigenação entre as Tropas Metropolitanas com as tropas de recrutamento nas Províncias.

- Tropas de Guarnição Normal

Unidades constituídas com base num recrutamento em Moçambique, com objetivos fixados pelo Exército, já orientados para a guerra subversiva.

O enquadramento destas Unidades era maioritariamente de Oficiais oriundos da Metrópole (em rendição individual).

- Tropas “Comandos”

Grupo de Combate organizado em 1964 à custa de voluntários em Moçambique. Foram enviados também da Metrópole e de Angola várias Companhias de Comandos para fazer face às necessidades de tropas especiais no TO. Em 1969, devido ao aumento das necessidades deste tipo de força é criado o Batalhão de Moçambique, com a capacidade de ministrar instrução. Moçambique foi o TO que mais utilizou este tipo de tropa.

- Tropas Paraquedistas e Fuzileiros Especiais



No TO participaram 2 Batalhões de Paraquedistas, 19 Destacamentos de Fuzileiros Especiais, 12 Companhias de Fuzileiros e 9 Pelotões de reforço.

- Forças Auxiliares

“Grupos Especiais de Milícias” (GE), que surgiram em 1970, constituídas com articulação tipo Pelotão com voluntários entre os Africanos com enquadramento europeu, mudando posteriormente para um enquadramento igualmente africano. Obtiveram grande sucesso no TO. Posteriormente surgem os “Grupos Especiais Paraquedistas” (GEP) e os “Grupos Especiais de Pisteiros de Combate” (GEPC) de forma a colmatar as necessidades que iam surgindo com o desenrolar do combate. No exemplo dos GEPC à que registar a sua capacidade para referenciação e perseguição de grupos inimigos.

- Milícias do Distrito do Niassa

Milícias constituídas por naturais da região comandados por Daniel Roxo.

Daniel Roxo foi um civil que viveu neste Distrito e viu a sua vida ser destruída pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e desde logo combateu os que lhe destruíram a vida. Desta forma quando as forças Portuguesas chegam ao terreno ele voluntaria-se para dar informações sobre as movimentações da FRELIMO. Posteriormente passa a comandar um dispositivo de 90 homens, fazendo ações de guerrilha contra os elementos da FRELIMO no Distrito do Niassa. (Nielsen, 1979)

- Flechas

Tal como em Angola, no TO de Moçambique foi criada esta força com o objetivo de pesquisar e explorar informações. Tinham o seu centro de instrução em Vila Pery e tinham uma formação tipo “Comando”.

Esta força foi criada pela Direção-Geral de Segurança (DGS) segundo o modelo dos «pseudo-gangs» da guerra do Quénia e dos selous scouts da antiga Rodésia. Constituíam forças não convencionais capazes de viver e combater no terreno como os guerrilheiros, em acções prolongadas e com grande autonomia de métodos de combate. Eram excelentes fontes de informação e a sua eficácia operacional resultava em muito da utilização das informações que a DGS lhes fornecia.<sup>1</sup>

- Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil

---

<sup>1</sup> <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=130> consultado em 04/07/2016



Criado em tempo de guerra pretendia assegurar a salvaguarda de pessoas, bens públicos, bem como o regular funcionamento das atividades provinciais. Da sua atividade operacional de destacar a colaboração na defesa de algumas linhas de ferro.

- Miscigenação das Forças Terrestres

Devido à falta de pessoal surgem os “Grupos de Integração” que completavam as Companhias de reforço da Metrópole. Para além disso são integrados nas fileiras Oficiais e Sargentos com capacidades necessários ao Exército, por exemplo no âmbito da assistência médica.

Quando em setembro de 1964 tiveram início os conflitos armados em Moçambique estes estavam concentrados essencialmente na região norte desta província. Existiam na região 3 comandos territoriais: Norte com sede em Nampula, Centro com sede em Beira e Sul com sede em Lourenço Marques (Jorge, 2003). O número de unidades e órgãos de apoio logístico era bastante incipiente, caracterizando-se essencialmente pela localização dos depósitos base em Lourenço Marques, onde era desembarcado todo o material.

Com o início das hostilidades rapidamente se verificou que a estrutura implantada a par das características do território condicionava fortemente o apoio a prestar às tropas. De entre as várias dificuldades inicialmente identificadas, e pela sua importância decisiva no apoio destacam-se:

- A distância entre a capital, Lourenço Marques, onde se localizava quer o Quartel General quer os Depósitos-Base e onde era desembarcado todo o material que entrava no TO (Coelho, 2010).

- Grandes distâncias a percorrer e a escassez de vias de comunicação terrestres; as poucas vias existentes eram penetrantes da costa para o interior, com a circulação fortemente condicionada no tempo das chuvas dada a tipologia de itinerários, e os rios constituem-se como sérios obstáculos aos movimentos de sul para norte, com escassas obras de arte; (Exército, 1988)

- Alguma insegurança de parte do caminho-de-ferro (linha de Nacala) no troço da zona ativa, não permitindo utilizar todas as possibilidades deste meio de transporte em proveito do apoio logístico; (Exército, 1988)

- Infraestrutura civil fraca para garantir o necessário apoio logístico às operações, nomeadamente infraestruturas de saúde, comerciais, industriais e de transporte, o que reforçava a necessidade relativamente ao apoio proveniente da Zona do Interior, havendo,



pois, a necessidade de recorrer com frequência à metrópole por forma a suprir as necessidades não satisfeitas localmente. Acresce a esta limitação a restrição que se prendia com o fato de existir uma diretiva governamental que impedia a satisfação das necessidades regionalmente. Importa aqui referir que apesar desta restrição, de acordo com o Exmo. Tenente General Adelino Coelho, em muitas ocasiões esta restrição não foi cumprida, tendo as tropas portuguesas sido apoiadas pela África do Sul, nomeadamente em sobressalentes, manutenção de equipamentos, géneros alimentares e outros equipamentos.

Aquando do início do conflito ultramarino, a doutrina de apoio logístico vigente no Exército resultava essencialmente da adoção da doutrina do Exército Americano, criada essencialmente à custa da experiência colhida durante a II Guerra Mundial, adaptando-a e alterando-a quando necessário à nossa realidade (Jorge, 2003) no entanto, e até finais da década de 50, esta doutrina visava responder essencialmente a campanhas de guerra convencional, pelo que no início do conflito, Portugal deparou-se com a falta de uma doutrina de apoio logístico para conflitos subversivos. (Coelho, 1996)

Desta necessidade, que até então não tinha sido identificada, resultou a criação de um manual de doutrina e regulamentação no âmbito da guerra subversiva, “O Exército na Guerra Subversiva”, dividida em cinco volumes, destacando-se neste âmbito o 5º volume “administração e logística”.

Este trabalho de investigação tem como objetivo analisar a Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique, durante o período de 1964 a 1975, no que diz respeito à função de combate Apoio de Serviços. Pretende-se, analisar e descrever o Apoio de Pessoal na Campanha, nas suas diversas áreas de atividade e analisar e descrever a Logística de acordo com as diferentes funções ao nível tático na componente terrestre enquadradas na doutrina da época.

O presente trabalho de investigação de grupo foi desenvolvido de acordo com a metodologia padrão de abordagem científica constante na Norma de Execução Permanente (NEP)/ACA-010 (IESM, 2014) e NEP/ACA-018 (IESM, 2014), tendo como base o raciocínio dedutivo.

O objeto da investigação é a função de combate Apoio de Serviços na campanha militar no teatro de operações de Moçambique limitando o estudo ao Apoio de Pessoal e à Logística, ao nível tático, com recorrência a documentos históricos, e com base em informações obtidas em contexto de entrevista.



Tendo em conta o objeto de investigação acima exposto, este estudo comporta os seguintes objetivos:

(1) O objetivo geral da investigação é o entendimento do Apoio de Serviços do Exército Português na Campanha Militar no Teatro de Operações em Moçambique entre 1964 e 1975.

(2) O objetivo específico é compreender a evolução doutrinária do Apoio de Serviços durante a campanha em estudo, verificando os meios de Apoio de Serviços projetados, os efeitos produzidos, consequências e adaptações ao longo da campanha.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação partimos da questão central: *Como foi aplicado o conceito de Apoio de Serviços e quais as suas consequências na campanha militar no teatro de operações de Moçambique (1964 – 1975)?*

Desta questão central identificamos as seguintes Questões Derivadas que melhor nos permitiram atingir o objetivo específico anteriormente identificado:

QD1 - Qual a tipologia de forças e meios projetados para o TO de Moçambique e a evolução doutrinária militar portuguesa entre 1964 e 1975 no âmbito do Apoio de Serviços?

QD2 - Como foi prestado o Apoio de Pessoal nos principais momentos e operações da Campanha?

QD3 - Como funcionou a Logística, suas evoluções e adaptações ao longo da Campanha em Moçambique?

A metodologia adotada foi o método dedutivo, em que baseamos o estudo em documentação, publicações existentes e fontes primárias. A estratégia de investigação incidiu na análise qualitativa histórica, e na recolha de dados feita através de fontes documentais e fontes não documentais através da observação não participante por entrevista, conduzida de forma semiestruturadas a um oficial com desempenho de funções nas áreas em estudo.

Assim, o presente trabalho encontra-se estruturado em dois capítulos sendo que no Capítulo 1 será feita a abordagem direta ao Apoio de Pessoal nas suas diferentes áreas de atividade durante toda a operação enquanto no Capítulo 2 abordaremos diretamente a Logística limitando-nos às funções de Reabastecimento, Movimentos e Transporte e Infraestruturas. No final será elaborado um Capítulo de conclusões.



## 1. Apoio de Pessoal

Relativamente à política de defesa e à conduta das operações, o fator Meios, na sua vertente Pessoal revela uma primordial importância. Tem como missão coordenar esse apoio de forma oportuna e eficaz para que os Comandantes, em todos os escalões, possam ter a disponibilidade e capacidade operacional total da força, garantindo assim o sucesso em todo o espectro das operações militares.<sup>2</sup> Subdivide-se em funções específicas, das quais selecionamos as que maior ênfase tiveram no TO de Moçambique.

### 1.1. Administração de Pessoal

O recrutamento era feito através da administração de pessoal, a qual era constituída por um conjunto de áreas de atividade: a instrução formava e preparava o pessoal; a remuneração estava a cargo dos Serviços de Contabilidade e Pegadoria; a manutenção da moral era da responsabilidade dos diversos serviços de moral e bem-estar. Aos Serviços de Pessoal, propriamente ditos, só competiam a sua obtenção e atribuição. Em Portugal, o sistema de obtenção de pessoal era constituído, quase exclusivamente por conscritos, no entanto, era autorizado a admissão de mancebos por voluntariado, com idade inferior à dos restantes, sem que atingissem, contudo, um valor significativo. No caso dos oficiais e sargentos o sistema era na sua totalidade o do voluntariado e a população feminina estava excluída do serviço militar, nem por voluntariado, com a exceção verificada pela constituição de um quadro especial de enfermeiras paraquedistas da Força Aérea.

O serviço militar em 1961 era obrigatório e tinha a duração de dois anos. Apesar do evoluir da guerra, a duração do tempo não sofreu alterações, porém, a contagem do tempo de serviço era iniciada no dia de embarque para a zona do conflito. O sistema de recrutamento era complexo e constituído por várias fases, nomeadamente:

- Recenseamento anual dos contingentes disponíveis
- Inspeção sanitária
- Classificação do contingente (distribuição por ramos e especialidades)
- Incorporação dos “mancebos” em centros de instrução
- Preparação do contingente geral dividida em:
  - Instrução básica de 9 semanas
  - Instrução especial de 7 semanas
  - Instrução de aperfeiçoamento operacional de 3 semanas

---

<sup>2</sup> ME 51-30-07



A instrução ministrada era essencialmente no âmbito da contraguerrilha, adequada ao TO ao qual se destinavam os instruídos. O manual de referência da época era “*O Exército na guerra subversiva*”. O efetivo formado foi de cerca de 60000 militares distribuídos por 75 centros de instrução e por mais de 220 especialidades.

## 1.2. Manutenção de Efetivo

No início das campanhas Ultramarinas, Portugal dispunha de mais de 6,5 milhões de pessoas em Moçambique, dos quais 250 mil eram jovens dos 20 aos 24 anos. Para além do importante aspeto quantitativo, realça-se o ainda mais importante aspeto qualitativo. Apesar de uma deficiente preparação a nível técnico juntamente com material utilizado pouco sofisticado, a eficiência era atingida através do desenvolvimento no pessoal de uma elevada resistência e rusticidade. Por outro lado, a população era constituída por um povo que, apesar de diferentes raças e etnias, tinha uma visão de elevada coesão e sentido patriótico decorrente dos valores culturais e históricos resultantes da presença portuguesa, enriquecendo os contingentes com estas características.

A rotação para a guerra ocorria normalmente com base em unidades constituídas em que uma unidade substituída outra de igual escalão, no entanto havia também o recurso a recompletamentos individuais. Nos anos finais da guerra a substituição de unidades tornou-se operacionalmente mais complicada. A rotação ocorria ao final de dois anos por forma a evitar ou minimizar as implicações psicológicas nas forças (Afonso & Gomes, 2000), porém por falta de pessoal que fizesse face às necessidades operacionais e ao alargamento das frentes de combate associado à capacidade de resposta, fez com que várias unidades vissem o seu regresso adiado com os atrasos, vulgarmente nomeados de “mata bicho” entre os militares, a atingir mesmo os 6 meses.

O aumento das necessidades de pessoal fez com que, mesmo por motivos médicos, a dispensa da prestação de serviço militar tivesse ficado mais difícil (Afonso & Gomes, 2000). Eram considerados “faltosos” todos os cidadãos portugueses que em idade de cumprir o serviço militar obrigatório não se apresentassem à inspeção. Este tipo de “falta” chegou mesmo a atingir os 20% do contingente para inspeção. Esta situação, dado o controle exercido fazia com que os denominados “faltosos” tivessem que recorrer à clandestinidade e/ou saíssem do país.

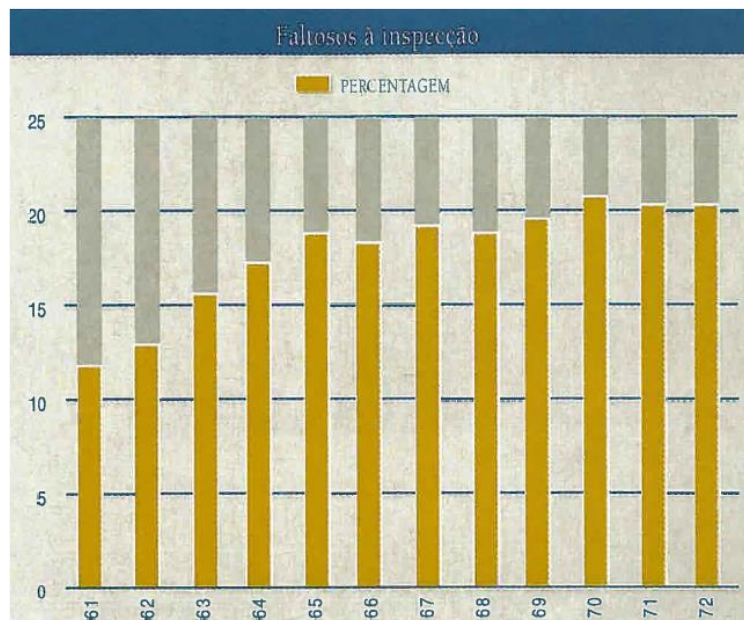


Gráfico 1 - Emigração



Fonte: (Afonso & Gomes, 2000)

Gráfico 2 - Faltosos à Inspeção



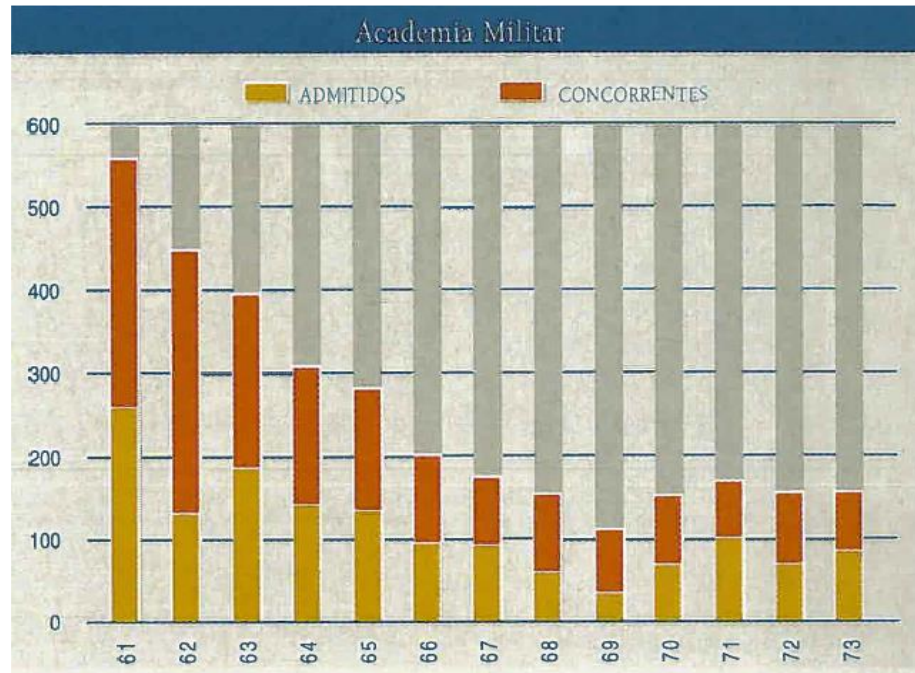
Fonte: (Afonso & Gomes, 2000)

A falta de recursos humanos era na época transversal a todos os postos da estrutura militar, tendo os voluntários a ingressar nas escolas militares diminuído acentuadamente fazendo com que o posto crucial do desenrolar da guerra, que era o de capitão, fosse considerado crítico havendo mesmo necessidade de um esforço adicional para



garantir a permanência de militares deste posto no teatro para o desempenho da função de Comandante de Companhia.

Gráfico 3 - Ingresso na Academia Militar



Fonte: (Afonso & Gomes, 2000)

A função de Comandante de Companhia era considerada chave pelo facto de, ao se levar a presença do Exército ao maior número de locais e a que os batalhões dividissem a sua zona de ação em aquartelamentos “isolados”, de escalão Companhia, o capitão ganha protagonismo como seu comandante. Esta necessidade fez com que em 1966 tenentes milicianos na situação de disponibilidade tenham sido convocados para a frequência de um curso em Mafra, na Escola Prática de Infantaria, sendo de seguida mobilizados para o ultramar como Comandantes de Companhia (Afonso & Gomes, 2000), formaram-se desta forma cerca de 100 capitães por ano. Na década de 70 a situação agravou-se e foram formados capitães com menos experiência e num período de tempo mais curto. A tentativa do Governo acelerar a promoção dos oficiais milicianos que prestaram serviço no teatro de Moçambique, o que fazia com que estes ultrapassassem os oficiais dos quadros permanentes formados na Academia, de idade inferior, levou à quebra do princípio da antiguidade, e por sua vez mais tarde estaria na base da queda do regime.

No início das campanhas Ultramarinas, Portugal dispunha de mais de 6,5 milhões de pessoas em Moçambique, dos quais 250 mil eram jovens dos 20 aos 24 anos. Para além do importante aspeto quantitativo, realça-se o ainda mais importante aspeto



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

qualitativo. Apesar de uma deficiente preparação a nível técnico juntamente com material utilizado pouco sofisticado, a eficiência era atingida através do desenvolvimento no pessoal de uma elevada resistência e rusticidade. Por outro lado, a população era constituída por um povo que, apesar de diferentes raças e etnias, tinha uma visão de elevada coesão e sentido patriótico decorrente dos valores culturais e históricos resultantes da presença portuguesa, enriquecendo os contingentes com estas características.

O desenrolar do combate acarretou variações no efetivo e as inevitáveis baixas pelo que as tabelas que se seguem demonstram as referidas flutuações ao longo do conflito:

**Tabela 1 - Evolução dos efetivos no TO de Moçambique**

ANO	Efetivos (valores médios)			
	Oficiais	Sargentos	Praças	Totais
1967	1758	4160	28891	34809
1968	1673	4175	29914	35762
1969	-	-		38156
1970	1902	3995	34360	40257
1971	1816	4792	36577	43185

**Tabela 2 - Evolução das Baixas no TO de Moçambique**

ANO	Nossas Forças				População				
	Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados	Mortos	Feridos	Desaparecidos	Fugidos	Raptados
1966	329	589	2	2	66	133	17		519
1967	88	843	0	4	44	65	57		157
1968	136	463	6	0	38	111	2		247
1969	152	503	4	2	42	102	0		102
1970	195	1538	1	4	67	185	62		154
1971	192	1335	9	20	128	243	2578		533
1972	282	1690	3	25	203	571	22	1162	721
1973	256	1547	14	7	271	703	1483		1305

Da análise das tabelas percebe-se que o efetivo no TO foi sempre aumentando, tentando fazer face ao agravar do conflito e ao incremento natural das necessidades em pessoal. Por outro lado, ao analisar a quantidade de mortos percebe-se que o primeiro valor de 1966 é elevado face aos anos subsequentes, levando a concluir a que inicialmente as forças poderiam não estar adaptadas e prontas para fazer face ao tipo de combate que lhes foi imposto. Posteriormente podemos ver que a partir de 1970 existe



um claro acréscimo das baixas associado, provavelmente, ao acréscimo da atividade hostil.

### 1.3. **Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem**

Em 1961, existia quatro Tribunais Militares Territoriais (TMT) no território nacional, (dois com sede em Lisboa, um no Porto e outro em Viseu) e um Supremo Tribunal Militar (STM) situado em Lisboa. Existiam ainda mais sete TMT dispostos pelas Províncias Ultramarinas (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, São Tomé e Príncipe e Timor). Existia ainda, neste âmbito, a 1ª Companhia Disciplinar, em Penamacor. Por outro lado, junto de cada TMT, havia uma Casa de Reclusão destinada a pessoal a cumprir prisão preventiva ou prisão disciplinar agravada. Um Presídio Militar localizado em Santarém para militares condenados a pena de presídio militar e Depósitos Disciplinares em Elvas, Moçambique e Angola para o cumprimento de penas no âmbito do Código de Justiça Militar (CJM).

Entre as infrações disciplinares mais frequentes destacam-se as situações de ausência ilegítima, punível pelo Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e a deserção, punível pelo CJM. A maior parte destas ausências, ocorriam sobretudo, após o cumprimento do período de licença, normalmente por motivos pessoais ligados a problemas de ordem familiar. No entanto, na maior parte dos casos, os militares em incumprimento apresentavam-se voluntariamente. Houve também casos, em menor número, de deserções ocorridas aquando da nomeação do militar para os teatros ultramarinos e mesmo já no interior destes. É de realçar ainda, que o número de deserções era superior em militares mobilizados para zonas de combate.

Em muitos casos, verificou-se grande desconhecimento por parte dos infratores no que diz respeito ao ato de deserção bem como das suas consequências, fruto de uma deficiente formação neste âmbito.

Em 1961, verificava-se limitada experiência dos portugueses na administração dos prisioneiros de guerra. Portugal baseava-se nas “Convenções de Genebra Relativas ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra” e nas “Convenções de Melhoramento da Situação dos Feridos e Doentes nos Exércitos em Campanha” de 27 de Abril e 16 de Junho de 1932, respetivamente, apesar, do ponto de vista jurídico, isto não se verificar, já que Portugal não se encontrava em guerra contra forças armadas de um estado inimigo. Esta era uma das situações disputada pelos partidos em moçambique de forma a que fosse oficializada a luta



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

---

do Ultramar, pois ao ser atribuído o estatuto de beligerantes aos movimentos de libertação, implicava que o regime português reconhecesse que estava em guerra. Por outro lado, esses partidos ao capturarem militares portugueses designavam-nos de prisioneiro de guerra, para oficializar a sua luta. Assim sendo foi definida a seguinte doutrina:

3. A fim de neutralizar esta manobra do inimigo, S. Ex.<sup>a</sup> o ministro da Defesa Nacional, por despacho de 28 Junho de 67, determinou que passassem apenas a ser usadas as designações que se seguem quer para elementos terroristas, quer para militares nacionais:
  - a. Terroristas caídos em poder das nossas tropas:
    - 1) Acção — captura
    - 2) Situação — sob prisão
    - 3) Designação — preso
  - b. Militares portugueses em poder de elementos terroristas:
    - 1) Acção — retenção
    - 2) Situação — situação de retido
    - 3) Designação individual — retido pelo inimigo».

Assinava o general Sá Viana Rebelo, vice-chefe do Estado-Maior do Exército.

### **Imagem 1 - Circular do Estado Maior do Exército**

**Fonte:** (Afonso & Gomes, 2000)

No entanto, Portugal nunca deixou de respeitar as referidas Convenções, agindo em conformidade com todos os princípios emanados destas. Por outro lado, a captura de combatentes era muito reduzida devido às características do combate – luta de guerrilhas – de efetivo reduzido e inimigo nem sempre uniformizado, o que dificultava a distinção de quem era efetivamente combatente e elementos da população envolvidas decorrente da situação. Em regra, após captura seguia-se uma rápida identificação, caso fosse elemento da população, era entregue de imediato às autoridades civis para nova inserção na sociedade, e às autoridades policiais, os elementos combatentes. No entanto, a responsabilidade do tratamento de prisioneiros de guerra e seu repatriamento, estava entregue à Chefia do Serviço de Preboste. (Decreto-Lei n.º 42564, de 7 de Outubro de 1959)

De referir ainda que estes guerrilheiros ao serem capturados eram considerados fonte de informação e desta forma desde logo interrogados pela unidade captora.



Uma outra particularidade era de que os guerrilheiros com os postos superiores eram sujeitos a uma forte pressão para se arrependerem dos seus atos, de forma a servirem posteriormente como ação de propaganda

#### 1.4. **Desenvolvimento e Manutenção do Moral**

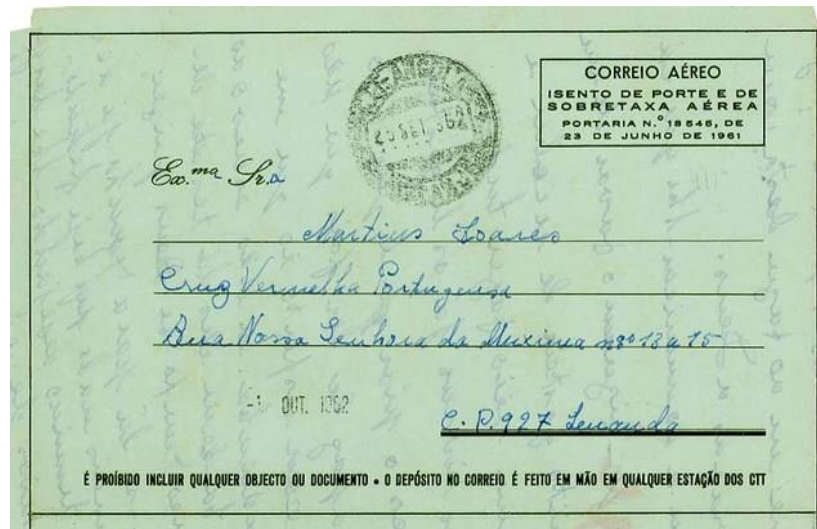
A falta de preparação técnica e operacional das forças armadas no início da intervenção no TO (Exército, 1988) era acompanhada pela falta de enquadramento legislativo e meios institucionais no que diz respeito ao apoio dos militares em caso de ferimento em combate ou mesmo de morte. As famílias dos mobilizados não usufruíam de qualquer apoio nem beneficiavam de enquadramento legislativo algum. O regime responde a estas lacunas com convenções de intervenção social surgindo então duas organizações na tentativa de colmatar esta falha, a Seção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e o Movimento Nacional Feminino (MNF), ambas presididas por duas senhoras da alta burguesia.

A Seção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) presidida pela discreta Amélia Pitta e Cunha dirigia a sua ação sobretudo no apoio aos militares feridos e mutilados, que ao longo da guerra eram cada vez em maior número, tentando colmatar a inexistência de um sistema de recuperação e a falta de legislação. A CVP organizava e efetuava constantes visitas aos militares internados e peregrinações religiosas organizadas com os militares deficientes. Este movimento foi ainda responsável pela criação do lar militar da Cruz Vermelha que albergava militares com elevada percentagem de invalidez e a criação do serviço de recuperação de deficientes, implementado no Hospital da Parede e mais tarde também no Hospital de Alcoitão.

O MNF presidido pela exuberante Cecília Supico Pinto, orientava as suas atividades prioritariamente para o apoio moral e social aos militares e respetivas famílias recorrendo a ações populares levando artistas a visitar os militares no TO, o envio de lembranças no natal e a organização das despedidas no cais. Esse movimento foi responsável pelo lançamento do aerograma, denominado “bate-estradas”, tornando-o no meio mais utilizado entre os mobilizados e as respetivas famílias.



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)



**Imagem 2 - Aerograma encomendado pelo MNF à Tipografia ORBIS**

**Fonte:** Edições Ilustradas. Lda. Impresso de Agosto a Novembro de 1961<sup>3</sup>

O fornecimento e transporte dos aerogramas eram gratuitos para os militares e estima-se que tenham sido impressos 300 milhões para responder às necessidades dos 3 TO.

Este movimento foi ainda responsável pela divulgação da troca de correspondência entre os militares e as suas madrinhas de guerra<sup>4</sup>, contando com a adesão de cerca de 80000 mulheres.

Fruto das boas relações existentes entre as duas organizações, personificada nas suas dirigentes, e destas com o regime, foi possível pacificar os militares em relação ao

<sup>3</sup>[http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=169%3Aguerra-colonial-1961-1974-aerogramas-militares-o-mnf-e-o-servico-postal-militar&catid=26%3Aboletim-no-410&Itemid=15](http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=169%3Aguerra-colonial-1961-1974-aerogramas-militares-o-mnf-e-o-servico-postal-militar&catid=26%3Aboletim-no-410&Itemid=15), consultado em 18 de Maio de 2016.

<sup>4</sup> (...) as Madrinhas de Guerra faziam parte de uma das áreas de intervenção do Movimento Nacional Feminino (M.N.F.), mais propriamente da área de Apoio Social. Este Movimento foi criado por um grupo de mulheres da alta sociedade portuguesa na década de 60, eram guiadas e regidas por valores católicos e tinham o apoio do Estado Novo, chegaram a reunir 82 000 mulheres de vários estratos sociais nas suas áreas de intervenção. Um dos seus objetivos era prestar auxílio aos desalojados e repatriados das ex-colónias, outro objetivo era prestar apoio aos soldados no Ultramar e às suas famílias durante os anos da guerra, sendo extinguido após o 25 de Abril de 1974.

Durante estes anos a secção das Madrinhas era muito requisitada pelos soldados que combatiam nas ex-colónias. O M.N.F., para tornar mais eficaz o seu apoio, analisava os pedidos destes e seleccionava a madrinha para trocar correspondência, tendo em conta que deveria ser da mesma proveniência (região ou povoação vizinha) do soldado requerente. As madrinhas correspondiam-se com os seus "afilhados" através dos aerogramas, também conhecido entre os soldados como "bate estradas". O aerograma, um inteiro postal isento de franquia, foi mais uma iniciativa do M.N.F.

"Nacionalidade portuguesa, maiores de 21 anos, moral idónea, coragem, capacidade de sacrifício, confiança na vitória e capacidade de transmissão dessa ideia", estes eram os requisitos para se ser Madrinha de Guerra. Por vezes estes requisitos só eram mantidos durante a primeira troca de correspondência, dando lugar a compaixão e até a verdadeiras paixões, muitas das quais duraram até depois da guerra." (O Mirante Semanário Regional - Edição de 15-11-2007).



direito ao vencimento e subsídios aquando da evacuação para os hospitais centrais, se feridos em combate.

A par destas duas organizações, outros órgãos contribuíram para o melhoramento da moral e bem-estar das tropas, foram o caso das diversas cantinas, messes e supermercados que tiveram grande relevância e incremento neste período. De igual modo outras medidas foram criadas, como a concessão do Prémio Governador-Geral que atribuía viagens gratuitas aos militares que se deslocavam de licença à Metrópole. É de realçar ainda, a doação de centenas de livros por parte da Fundação Calouste Gulbenkian para bibliotecas das unidades.

Outro apoio que se mostrou de importância impar, foi o caso do apoio religioso. Este estava a cargo da Chefia do Serviço de Assistência Religiosa criada em 1958, aquando da reorganização do Ministério do Exército. Tinha como objetivo, entre outras atribuições, “superintender nos assuntos relativos à assistência religiosa ao pessoal do Exército”. (Decreto-Lei n.º 42564, de 7 de Outubro de 1959). Em 1961, o serviço encontrava-se na sua fase de implantação, dispondo de Capelães nas sedes das Regiões Militares. Por norma existia um capelão por batalhão, que para além do apoio religioso prestado aos militares, era estendido às populações civis. Contudo, não existindo um Capelão por cada Unidade, foi necessário efetuar deslocamentos dentro do TO de forma a prestar assistência religiosa em pleno. Para além da celebração religiosa, os Capelães participavam ainda em atividades sociais, palestras às tropas, na colaboração nos Jornais das Unidades, bem como instrução e educação.

Outro aspeto relevante eram as visitas aos presos e doentes. Este tipo de ações leva a que os Capelães muito para além da sua missão religiosa, tenham desenvolvido atividades no âmbito do moral do pessoal militar, mas também de apoio à população civil.

Os militares, devido a várias colocações no Ultramar, em teatro de guerra, ou devido a prolongamento da sua “estadia”, encontravam-se com o moral muito em baixo. Um dos documentos que atestam esta situação fala sobre os “Problemas da Região Militar de Moçambique” com a data de 20 de Setembro de 1969, da autoria do General Comandante da Região Kaúlza de Arriaga (Arriaga, 1969). Deste documento podemos retirar que este conflito exige pessoal “com bom moral e pessoalmente preparado”, no entanto naquele momento “de maneira geral, o moral dos QP não era brilhante”, sendo que eram várias as razões de fundo e conjunturais que conduziam a uma situação má.



Daqui se pode retirar que o moral da força não era o melhor, e por outro lado que existia a noção que os militares eram submetidos a condições muito duras e perigos vários que colocavam em causa o seu moral.

Por outro lado, e já no final do conflito podemos encontrar em uma nota-circular<sup>5</sup> de Nampula do Coronel Chefe de Estado Maior Tirocinado (COR CEM TIR) Manuel Amorim de Sousa Menezes, que dá conta de um aumento da atividade da FRELIMO, devido à situação política e o anunciado fim da guerra, levando a uma quebra de moral e consequente aumento das baixas, sendo preocupação resolver a situação antes que a situação fique mais grave. Pode ler-se: “Uma desmoralização das NT, que tem enfrentado momentos muito mais difíceis com uma energia, determinação e otimismo verdadeiramente notáveis, tem que ser evitado a todo o custo”.

### 1.5. Serviço Postal Militar

O Serviço Postal Militar (SPM) era responsável pelo encaminhamento de toda a correspondência oficial e particular dos militares. Este serviço encontrava-se vinculado à hierarquia do pessoal e à Administração dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), no entanto funcionava como se tivesse uma administração própria decorrente de uma necessária mobilidade total, com o objetivo de alcançar a necessária satisfação dos militares. Conseguiu-se, não só evitar a intromissão dos serviços civis no SPM, como a sua relevância e operacionalização chegou a ser superior. O fator militar, fez com que as Estações CTT se adaptassem ao SPM, sendo visível no fornecimento e transporte dos aerogramas de forma gratuita para os militares (estima-se que foram impressos mais de 300 milhões para satisfazer os três teatros de operações) e a possibilidade de expedição de malas de correio militar, por parte destas Estações, com a isenção da fiscalização do seu conteúdo.

---

<sup>5</sup> Nota-Circular N°4493/C-74 de 05MAIO74 da 3ªREP do QG de Nampula



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

S. R.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
CHEFIA DO SERVIÇO POSTAL MILITAR

2102  
34 PO  
OR

Processo N.º 02.06.03.03.84-

Ao Senhor  
CHEFE DA 3ª. REPARTIÇÃO DO  
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

L I S B O A

1038

Sua referência: 719/OR/70, P.º, 05.05.03.03.35 de 25.MAR.70  
Sua comunicação de: P.º, I-35/139  
Nossa referência: P.º, I-35/139  
Fora do Bom Sucesso - LISBOA-3 - Portugal  
11.ABR.70

ASSUNTO - RELATÓRIO DA VIAGEM DE INSPECÇÃO AO SPMR DA RM MOÇAMBIQUE -

Relativamente ao assunto da nota acima citada, tenho a honra de enviar a V. Exª. uma cópia da parte do relatório da inspecção efectuada ao SPMR de Moçambique, da qual consta:

- a) - a natureza do órgão postal a criar - Posto Militar de Correio, com a designação de nomenclatura PMC-134;
- b) - o efectivo de pessoal necessário:
  - 1 - 1ª. sargento
  - 1 - furriel ou 2ª. sargento - eventual (Pessoal já compreendido no actual QO, consequentemente sem necessidade de reforço).
  - 1 - soldado condutor auto
  - 1 - ordenança.

/RL.

O CHEFE DO SERVIÇO  
ERNESTO D. TAPADAS  
Ten Cor do SPM

(10) (11)

SPEME—Mod. 600

**Imagem 3 - Mensagem do Serviço Postal Militar**

**Fonte:** (Estado Maior do Exército, 1989)

### 1.6. Assuntos Mortuários

No que diz respeito aos mortos no TO, inicialmente eram enterrados em cemitérios nas localidades das suas Unidades. Alguns, por falta de transporte, foram mesmo enterrados na floresta, nos locais onde morreram. O transporte de helicóptero era reservado às evacuações de feridos, não sendo disponibilizado para o transporte de mortos. Por outro lado, e nos primeiros anos, o transporte para Portugal era pago pelos familiares, situação que mudou ao longo do tempo (Afonso & Gomes, 2000).

Daqui se subentende que nos primeiros anos muitas famílias não terão tido capacidade de transladar os seus “mortos” e muitos portugueses ficaram em Moçambique, devendo considerar-se que neste período da nossa história era território Português.



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

No que diz respeito a informar a família isto acontecia por telegrama, sendo notificada de como tratar do assunto. O espólio era salvaguardado pela sua unidade e era reencaminhado à família.

**TELEGRAMA**

Nos telegramas recebidos pelos aparelhos interceptores o primeiro número que figura depois da estação expedidora é o número de ordem; o segundo indica as palavras e os restantes designam a data e a hora da aceitação.

A hora mencionada-se por um grupo de quatro algarismos: os dois primeiros indicam as horas e os dois últimos os minutos (0001 a 2400).

Número local	Categoria	Destino	Origem	Número de origem	Palavras	Data	Hora
79			Ajudia Leiria	2030	53	9	17:00

Via e outras indicações de serviço, não taxadas. 23-4 57

No 691159 sua Excia Ministro do Exército tem favor comunicar falecimento seu filho soldado [redacted] ocorrido dia 3 corrente Moçambique por motivo combate defesa de posição sua Excia apresenta mais sentido condolencial. Comandante Depoito Geral Adolfo Leiria

**Imagem 4 - Telegrama com anúncio de morte**

**Fonte:** (Afonso & Gomes, 2000)

A nível de relatórios, este encontrava-se a cargo da unidade do militar, sendo preenchido um relatório sumário com as circunstâncias da morte.

### 1.7. Síntese conclusiva

O serviço militar em 1961 era obrigatório e tinha a duração de dois anos. Apesar do evoluir da guerra, a duração do tempo não sofreu alterações.

A instrução ministrada aos instruendos passou a ser essencialmente no âmbito da contraguerrilha, adequada ao TO ao qual se destinavam.

O esforço feito por Portugal levou à falta de recursos humanos que era na época transversal a todos os postos da estrutura militar, tendo os voluntários a ingressar nas escolas militares diminuído acentuadamente fazendo com que o posto crucial do desenrolar da guerra, que era o de capitão, fosse considerado crítico.

No início das campanhas Ultramarinas, Portugal dispunha de mais de 6,5 milhões de pessoas em Moçambique, dos quais 250 mil eram jovens dos 20 aos 24 anos, o que permite concluir que o lote de pessoal suscetível de ser recrutado em Moçambique era por si só semelhante ao do território metropolitano.



Ao analisar a quantidade de mortos percebe-se que o valor do primeiro ano é elevado face aos anos subsequentes, levando a concluir que inicialmente as forças poderiam não estar adaptadas e prontas para fazer face ao tipo de combate que lhes foi imposto.

A falta de preparação técnica e operacional das forças armadas no início da intervenção no TO era acompanhada pela falta de enquadramento legislativo e meios institucionais no que diz respeito ao apoio dos militares em caso de ferimento em combate ou mesmo de morte.

Para a Manutenção do Moral e apoio aos combatentes e familiares muito contribuíram o aparecimento da Seção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e do Movimento Nacional Feminino (MNF).

No que diz respeito aos mortos no TO, inicialmente eram enterrados em cemitérios nas localidades das suas Unidades por falta de transporte e nos primeiros anos, quando este existia era pago pelos familiares, situação que mudou ao longo do tempo (Afonso & Gomes, 2000)

Consideramos respondida a segunda questão derivada que visava estudar como o Apoio de Pessoal foi prestado ao longo de toda a Campanha.









A distribuição e localização dos órgãos logísticos por Comando Territorial compreendia:

- No Comando Territorial Sul em Lourenço Marques, órgãos de apoio às Unidades deste Comando e alguns órgãos de apoio geral a todo o território;
- No Comando Territorial Centro, na Beira, órgãos de apoio às Unidades deste Comando;
- No Comando Territorial Norte, em Nampula, órgãos de apoio à Zona de Intervenção Norte (ZIN), incluindo também o distrito de Zambézia (a sul de Nampula).
- As zonas mais interiores e, conseqüentemente mais afastadas da costa, nomeadamente Niassa e Cabo Delgado tinham implantados órgãos logísticos avançados mais ligeiros. (Coelho, 1996)

#### *Reabastecimento*

Não obstante as alterações implementadas, houve procedimentos que se mantiveram, nomeadamente a receção de abastecimentos provenientes do exterior, que continuavam a ter como ponto de entrada Lourenço Marques, quando as reais necessidades dos mesmos eram, na esmagadora maioria, na região norte do território, levando a um esforço acrescido para fazer chegar os abastecimentos a quem deles necessitava, dadas as enormes dificuldades ao nível dos meios e infraestruturas de transporte, que eram escassos, criando assim carências extremas de abastecimentos às tropas.

#### *Infraestruturas*

“Em 1961, Moçambique dispunha de cerca de 26.000 quilómetros de estradas, sendo 3.500 asfaltadas. Destas, 4.500 quilómetros estavam classificadas de estradas nacionais de 1ª classe, 7.500 de 2ª classe e 14.000 de regionais.” (Estado Maior do Exército, 1989, p. 40) (Ver Anexo A – Rede de estradas de Moçambique)

No início das campanhas existiam no território moçambicano 2.754 quilómetros de via-férrea, tendo o alargamento da mesma continuado durante o período de confrontos, com a ligação de Nacala até Vila Cabral e posteriormente do Malawi a partir de Nova Freixo. No final das campanhas em Moçambique, a extensão da via-férrea cobria 3.589 quilómetros. (Ver Anexo B – Rede de caminhos de ferro em Moçambique)



### *Movimento e Transportes*

As primeiras referências ao Serviço de Transportes em Moçambique são de 1966, com 1 Companhia de Transportes sedeadada em Nampula e Secções de Transportes em Vila Cabral, Mueda, Beira e Lourenço Marques. (Estado Maior do Exército, 1989)

Fator de importância vital em toda a atividade desenvolvida neste território foram as vias de comunicação, sendo estas fortemente influenciadas pelas características do terreno.

A geografia do terreno é favorável ao desenvolvimento de cursos de água com disposição OESTE-ESTE, apresentando-se estes como um forte constrangimento à circulação terrestre. (Ver Anexo C – Rede hidrográfica de Moçambique)

A necessidade histórica de acesso ao mar, tanto de Moçambique como dos países vizinhos que não dispunham de costa, aliado aos motivos geográficos, levou ao desenvolvimento de um sistema de comunicações terrestre, tanto rodoviário como ferroviário.

Assim as principais vias de comunicação partiam dos portos de Lourenço Marques, Beira e Nacala, dirigindo-se para o Transval, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Niassa.

Atendendo às limitações anteriormente apontadas, as ligações NORTE-SUL eram realizadas com recurso à navegação marítima, através de vários portos existentes ao longo da costa. Além dos portos já referidos, são de destacar os de Mocímboa da Praia, Porto Amélia, Ilha de Moçambique, Quelimane e Inhambane. (Estado Maior do Exército, 1989)

#### 2.1.3. Início durante o ano de 1970, e anos subsequentes

Foi nesta fase que ocorreram as alterações mais expressivas ao dispositivo logístico, verificando-se um ajuste às realidades operacionais, em que todo o território era coberto de uma forma coerente (Jorge, 2003).

As alterações ocorridas nesta fase foram significativamente impulsionadas com a chegada de um novo Comandante Militar a Moçambique, General Kaúlza de Arriaga<sup>6</sup>, que

---

<sup>6</sup>O General Kaúlza de Arriaga foi comandante das Forças Terrestres em Moçambique entre 1969-1970 e Comandante Chefe das Forças Armadas em Moçambique entre 1970-1973.



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

encetou a revisão do estudo da situação logística no intuito de dar resposta aos constantes problemas no campo da logística.

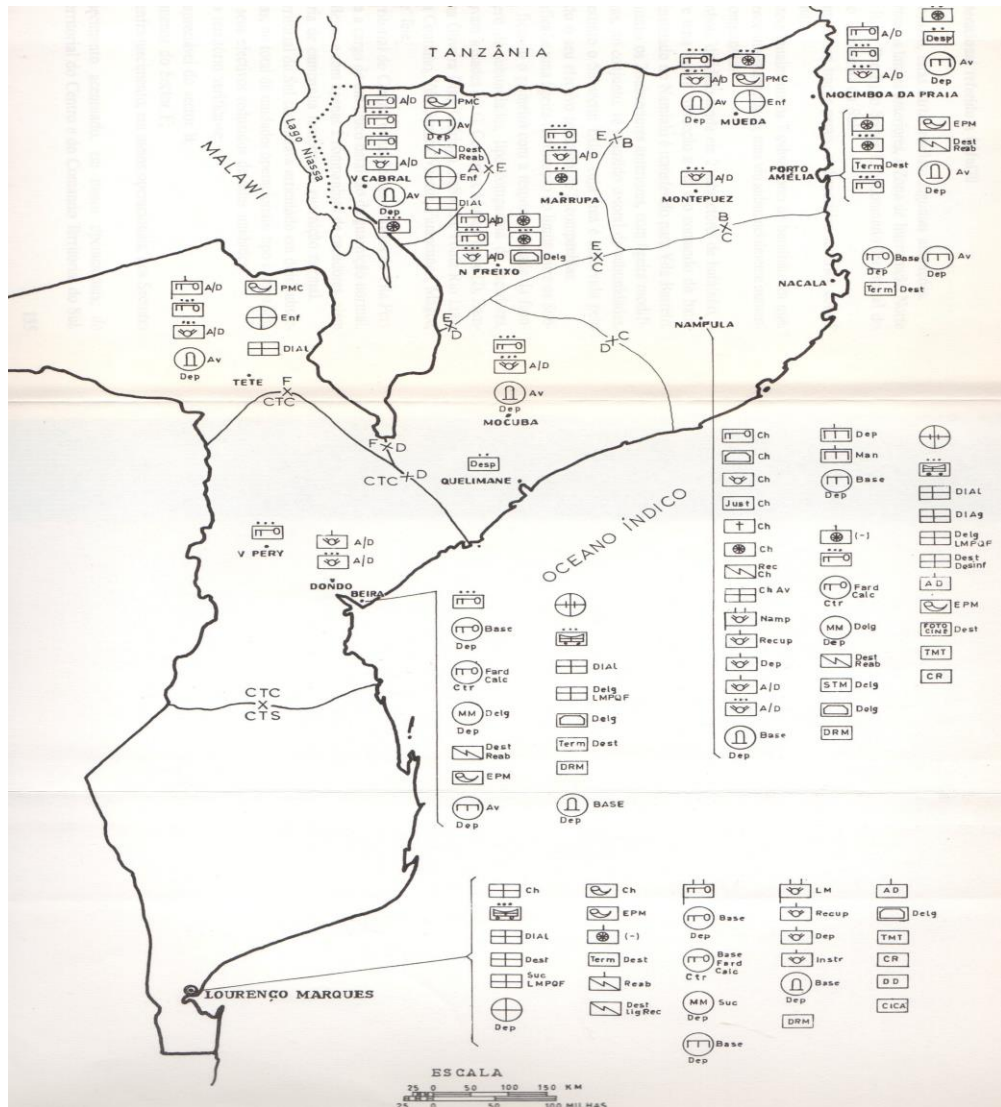


Imagem 8 - Dispositivo Logístico em Março de 1970

Fonte: (Estado Maior do Exército, 1989)

A reorganização do dispositivo logístico teve como orientação três vetores fundamentais:

- “Estabelecer, face às determinantes geográficas e socioeconómicas, áreas logísticas bem definidas, com vista à obtenção, nestas, de um certo grau de automatismo e independência na receção dos recursos, quer locais quer recebidos do exterior;





vetor definido para a terceira fase “Estabelecer, face às determinantes geográficas e socioeconómicas, áreas logísticas bem definidas, com vista à obtenção, nestas, de um certo grau de independência na receção dos recursos, quer locais quer recebidos do exterior”.



Imagem 10 - As 4 áreas Logísticas

Fonte: (Estado Maior do Exército, 1989)

A **primeira área logística** tinha como sede a capital Lourenço Marques e incluía os distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane, sendo coincidente com Comando Territorial Sul. As principais potencialidades desta área eram a obtenção e gestão de recursos locais, nomeadamente no âmbito oficial e sanitário, a existência de depósitos de base e de transportes com assinalável capacidade.

A **segunda área logística**, com sede na Beira, incluía os distritos da Beira, Vila Pery e Tete, sendo coincidente com o Comando Territorial do Centro, para rececionar os reabastecimentos que diretamente lhe eram remetidos (Jorge, 2003). As potencialidades desta área passavam pela existência de boas ligações ferroviárias com o distrito de Tete,



possibilidade de exploração e gestão de recursos locais no âmbito do apoio oficial e sanitário, transportes e abastecimento de víveres.

**A terceira área logística**, com sede em Nacala / Nampula, abrangia os distritos de Moçambique, Zambézia e Niassa, próxima dos órgãos de decisão. Esta área era potenciada pelo porto de Nacala e pelo eixo ferroviário até Vila Cabral. A posição geográfica desta área permitia ainda uma relação de proximidade com as zonas de esforço militar.

**A quarta área logística** abrangia o distrito de Cabo Delgado e tinha a sua origem em Porto Amélia. Tratava-se de uma área com interesse essencialmente militar quer pelo volume de efetivos ali presente quer pela importância das operações militares. Era uma área basicamente recetora de recursos sem qualquer exploração local.

#### *Reabastecimento*

A criação destas 4 áreas logísticas, foi acompanhada de alterações ao nível da execução do ciclo de abastecimentos, com vista a flexibilizar, simplificar e operacionalizar o mesmo. Foi criada uma modalidade assente em três pontos de destino para os abastecimentos, **primeiro destino, destino intermédio e destino final, respetivamente** (Coelho, 2010).

Os **pontos de primeiro destino**, basicamente, eram as origens das áreas logísticas;

Os **pontos de destino intermédio**, que mediavam entre os pontos de primeiro destino e os pontos de destino final, eram pontos pelos quais pessoal e material teriam de circular. Estes pontos assumiam particular importância quando as áreas de consumo dos abastecimentos se encontravam muito distantes dos pontos de primeiro destino.

Os **pontos de destino final** eram materializados pelas sedes das unidades e das subunidades para determinado pessoal, material crítico frágil, frescos e correio (Coelho, 2010).

#### *Infraestruturas*

O deslocamento para Norte do território da direção logística e dos órgãos de apoio de base, materializa o segundo vetor definido na terceira fase do apoio logístico. Como já foi referido, numa fase inicial do conflito a Direção Logística encontrava-se na capital Lourenço Marques, a cerca de 1000 km da zona de combate, situação que praticamente se manteve até ao início da década de 70, quando os órgãos de direção logística, Repartição do



QG, Comandos e Chefias ficaram completamente instalados em Nampula e sem escalão recuado. Relativamente às funções que até então eram asseguradas pelo escalão recuado ficaram responsabilidade do Comando Territorial Sul, sucedendo igual situação com os órgãos logísticos de base.

#### *Movimento e Transportes*

A consecução do terceiro vetor é materializada pela criação, em 1 de Dezembro de 1969 (Estado Maior do Exército, 1988), da Chefia de Serviço de Transportes em Nampula, destacando-se ainda a instalação de 4 Companhias de Transportes respetivamente na Beira, Nampula, Porto Amélia e Nova Freixo (pode encontrar-se em outra referência, dados que apontam para a criação deste serviço em 1970, com Companhias de Transportes instaladas em Nampula, Lourenço Marques, Porto Amélia, Nova Freixo e pelotões em Vila Cabral, Nova Freixo, Mueda, Porto Amélia e mais tarde em Tete, entre outros) (Estado Maior do Exército, 1989). Foram ainda criados nesta data destacamentos de terminal em Nacala, Beira e Lourenço Marques. (Estado Maior do Exército, 1989)

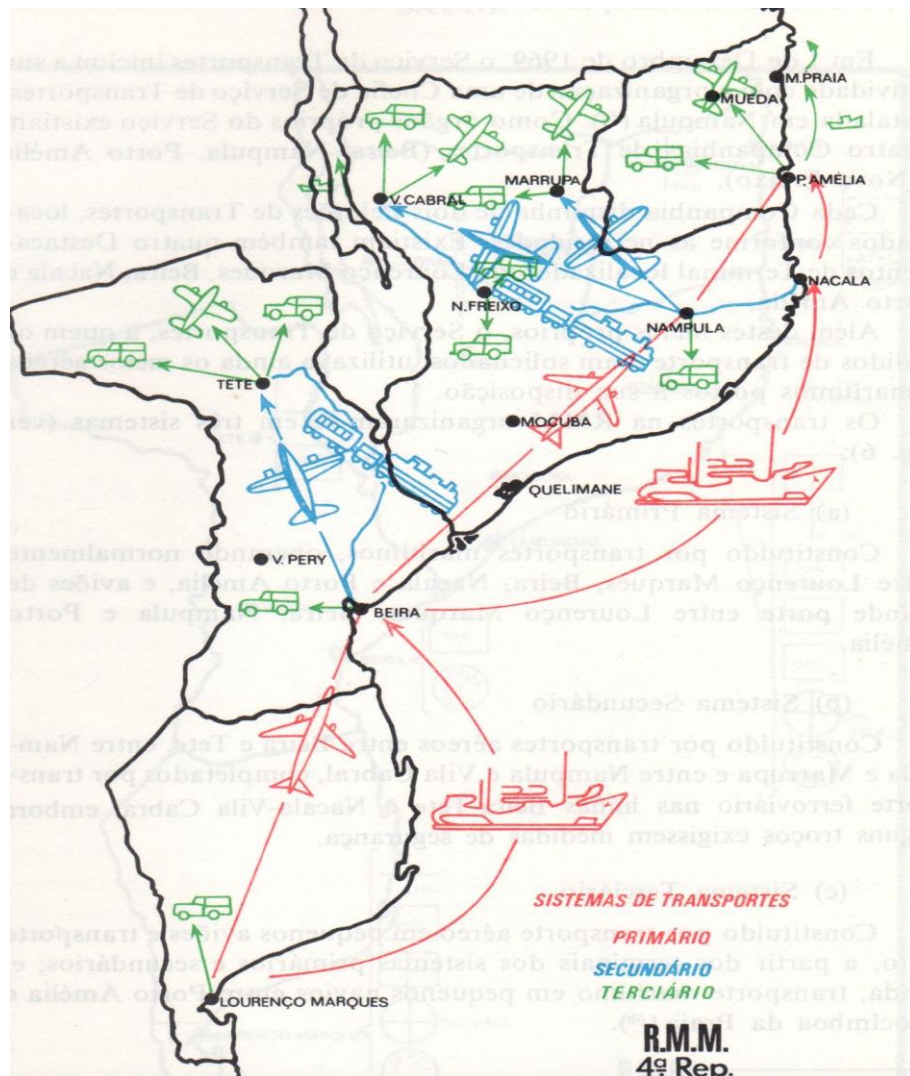


Imagem 11 - Ilustração gráfica do Sistema de Transportes

**Fonte:** (Estado Maior do Exército, 1989)

Os Serviço de Transportes em Moçambique estava organizado do seguinte modo:

- Sistema Primário:  
Constituído por transportes marítimos, operando entre Lourenço Marques, Beira, Nacala e Porto Amélia, e aviões de grande porte entre Lourenço Marques, Beira, Nampula e Porto Amélia;
- Sistema Secundário:  
Formado por transportes aéreos fazendo as ligações Beira - Tete, Nampula – Marrupa e Nampula – Vila Cabral, conjugados com transportes ferroviários de acordo com



as linhas Beira – Tete, Nacala – Vila Cabral, embora este meio obrigasse à implementação de medidas de segurança;

- Sistema Terciário:

Transporte aéreo em pequenos aviões e transporte rodoviário, a partir dos terminais dos sistemas anteriormente referidos, ou através de transporte marítimo em navios de pequeno porte, entre Porto Amélia e Mocímboa da Praia. (Estado Maior do Exército, 1988)

Em 1974, o dispositivo de Transportes em Moçambique estava estruturado de forma sólida, de modo a conseguir responder às solicitações operacionais. Assim, é de assinalar:

- 4 Companhias de Transportes, em Lourenço Marques, Nampula, Tete e Porto Amélia;
- 9 Destacamentos terminais, em Vila Cabral, Marrupa, Mueda, Palma, Mocímboa da Praia, Nacala, Mocula, Nova Freixo e Tete;
- 2 terminais de Transportes em Lourenço Marques e Porto Amélia;
- 1 Secção de despacho em Quelimane;
- 1 Depósito Terminal na Beira

### 2.3. Síntese Conclusiva

O estudo da evolução do apoio logístico durante o período em que decorreu a campanha de Moçambique pode ser classificado em 3 fases distintas (Coelho, 1996) sendo possível, em cada uma delas, identificar incrementos de ordem qualitativa na forma como o apoio chegava às tropas presentes no TO, havendo a destacar entre outras alterações: a adoção, alteração e implantação de infraestruturas e procedimentos logísticos que fomentaram a eficácia e eficiência deste no apoio às forças. As alterações mais significativas registaram-se na 3ª fase.

As alterações ocorridas nesta fase foram significativamente impulsionadas com a chegada de um novo Comandante Militar a Moçambique, General Kaúlza de Arriaga. O território da RMM foi “dividido” em 4 Áreas Logísticas (Coelho, 1996), que praticamente se enquadravam com os Comandos territoriais e com os setores Operacionais. Esta divisão veio permitir uma resposta Logística mais adequada à extensão do território e a forma como as tropas estavam instaladas no terreno.



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

---

Consideramos com este capítulo ter respondido à terceira questão derivada que visava o estudo da Logística, a sua evolução e adaptações ao longo da Campanha.



## Conclusões

As dificuldades na manutenção do efetivo dada a envolvimento de Portugal em três TO distintos levaram ao recurso ao recrutamento local aumentando a miscigenação entre as tropas metropolitanas e provincianas. Na fase inicial verificou-se um elevado número de baixas, devido à falta de adaptação ao teatro, diminuindo com a adaptação ao mesmo, porém na fase final, ocorreu um novo aumento de baixas, devido à escalada da atividade hostil, resultante das alterações políticas e ao anunciado fim da guerra.

Devido à escassez de pessoal, que ocorreu no final do conflito, o tempo de rotação prolongou-se, o que originou a afetação da moral das tropas. A função de comandante de companhia foi a principal afetada com a falta de recursos humanos havendo mesmo necessidade de recorrer a oficiais milicianos por falta de capitães dos quadros permanentes. Esta transformação acabou por violar o princípio da antiguidade e consequentemente contribuindo para a queda do regime.

No que diz respeito à situação de prisioneiros de guerra, este estatuto não se aplicava aos beligerantes dos movimentos de libertação, pois Portugal não reconhecia Moçambique como um estado independente. Por outro lado, a sua identificação era dificultada por falta de uniforme e por se confundirem com a população local.

Ao longo do conflito diversas entidades assumiram um papel preponderante no apoio ao desenvolvimento do moral e bem-estar dos militares, colmatando desta forma as lacunas existentes nas forças armadas. A este nível é de realçar a CVP, o MNF e o apoio religioso prestado pelos Capelães.

O Serviço Postal Militar, apesar das diversas adaptações ao conflito, revelou-se um serviço de grande eficácia, satisfazendo as necessidades dos militares. Por sua vez, no que diz respeito aos assuntos mortuários, apesar das dificuldades iniciais, este serviço veio a adaptar-se ao conflito dando uma resposta positiva neste âmbito.

A nível disciplinar, a principal infração verificada foi a deserção. No entanto, esta infração ocorreria maioritariamente por falta de informação dos infratores e das consequências deste ato, apresentando-se voluntariamente, na maior parte dos casos, após o incumprimento.

De uma forma geral o Apoio de Pessoal mostrou-se pouco eficaz aquando do início do conflito, traduzindo-se desde logo num elevado número de baixas ocorrido, situação que se veio a minimizar com o desenrolar do conflito. No entanto, esta dificuldade voltou a



verificar-se na parte final do conflito devido à quebra do moral e manutenção de efetivos, decorrentes do prolongamento do conflito.

O arranque do conflito em Moçambique, apesar de certo atendendo ao enquadramento já existente à época nas outras colónias, não foi devidamente acautelado, sendo notório na fase inicial um alheamento da estrutura decisora presente na capital face às ações que se desenvolviam na zona norte do território, bem como a ineficiente exploração de todos os recursos e fontes de apoio logístico disponíveis.

A não dinamização de uma estrutura de apoio logístico no TO de Moçambique, capaz de, em caso de crise ou conflito, apoiar as tropas no terreno, no período pré insurreição condicionou fortemente, o apoio a prestar às tropas na fase inicial do conflito. Sendo de referir os seguintes pontos:

- Falta de vias de comunicação, portos e pistas de aviação, capazes de permitir fazer chegar o apoio a todo o território;
- A concentração dos órgãos de execução logística na capital e as poucas capacidades dos poucos órgãos de execução logística espalhados pelo TO.
- A persistência, durante boa parte da campanha, em utilizar como Porto Marítimo de Entrada o Porto da capital Lourenço Marques, originando desta forma um maior tempo de espera do apoio por parte das unidades utentes;

A insularidade de Moçambique somada ao facto de ter sido o último território a entrar em conflito, numa fase em que grande parte dos recursos de Portugal estavam empenhados nos outros territórios, levou a grandes dificuldades na sustentação das operações via Metrópole. O apoio proveniente da África do Sul, ainda que silencioso, e não respeitando o embargo imposto a Portugal, constitui-se como uma mais valia crucial para as nossas tropas no decorrer do conflito constituindo-se como a fonte de uma parte significativa dos abastecimentos.

A intervenção do Gen. Kaúlza de Arriaga, comandante das Forças Terrestres em Moçambique entre 1969-1970 e Comandante em Chefe das Forças Armadas em Moçambique entre 1970-1973, foi o impulso decisivo na reestruturação do dispositivo militar em Moçambique, contribuindo para que, após 7 anos de conflito, o apoio logístico dispusesse finalmente de uma estrutura devidamente edificada, com procedimentos de apoio implantados e, sobretudo, capaz de acompanhar e apoiar o decurso das operações de combate em todo o território.



A divisão do território em 4 áreas que praticamente coincidiam tanto em termos Logísticos como em termos de Operações facilitou em grande medida a Campanha, permitindo a concentração de meio e o melhor aproveitamento dos recursos existentes, baseados na sobreposição da manobra logística e operacional. Adicionalmente fomentou também a descentralização da decisão, atribuindo-lhes uma área de autonomia local, conferindo desta forma maior celeridade no apoio logístico às unidades.

A proximidade entre os órgãos de decisão e sustentação e as operações, revelou-se crucial para o desenrolar da Campanha, contudo a morosidade na concretização desta medida contribuiu para que na fase inicial do conflito o apoio logístico não decorresse de forma eficaz.

A criação das 4 Áreas Logísticas potenciou a estruturação e coordenação do Apoio de Serviços, criando-se um fio condutor desde a entrada em teatro até às Unidades projetadas no TO. Esse fio condutor foi materializado pela implementação dos pontos de primeiro, segundo e terceiro destino e igualmente pela criação de uma estrutura de transportes dividida em 3 níveis, alimentando o reabastecimento e todas as outras classes.

Face à falta de infraestruturas terrestres e à dimensão do território, os meios aéreos e navais e a grande coordenação entre os 3 ramos das Forças Armadas revelaram-se cruciais para o sucesso das operações.

O sistema logístico adotado em Moçambique revela uma proximidade muito significativa com o atual sistema logístico, com a atribuição às várias Unidades de Áreas de Responsabilidade, em que são apoiadas por Subunidades de Apoio de Serviços (Apoio Direto) implantadas localmente. Estas Subunidades são apoiadas por meios logísticos que operam a nível de Área (Apoio Geral), sendo alguns serviços prestados por Unidades específicas que operam a nível de Teatro de Operações.

A organização do Serviço de Transportes em Moçambique (equivalente à atual Função Logística Movimentos e Transporte) em 3 sistemas, primário, secundário e terciário vem dar resposta ao sistema logístico criado, desde a entrada em TO (deslocamento inter-teatro) até às Unidades de Manobra (deslocamento intra-teatro de longo curso).

O decurso do apoio logístico no TO de Moçambique seguiu uma linha evolutiva bastante positiva, sendo de realçar particularmente a última fase, pelas alterações de fundo introduzidas que demonstram uma consciencialização do real valor do apoio logístico bem como os ganhos de eficiência, eficácia e economia, que acabou por se materializar na satisfação das tropas apoiadas bem como na confiança destas no apoio logístico.



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

---

Como corolário do nosso trabalho respondemos à questão central formulada: *Como foi aplicado o conceito de Apoio de Serviços e quais as suas consequências na campanha militar no teatro de operações de Moçambique (1964 – 1975)?* Ao demonstrarmos que apesar das dificuldades iniciais, Portugal conseguiu garantir as condições essenciais à sua permanência em Moçambique, adaptando-se ao conflito descentalizando o Apoio de Serviços aos escalões companhia e levando-o até mais próximo das unidades de manobra. Apesar de não ter sido isento de falhas, o modelo de apoio evoluiu de forma consistente.



## Bibliografia

- Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2000. *Guerra Colonial*. s.l.:Editorial Notícias.
- Afonso, A. & Gomes, C. M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Notícias.
- Arriaga, K., 1969. *Problemas da Região Militar de Moçambique*. s.l.:s.n.
- Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O Modo Português de fazer a Guerra*. S. Pedro do Estoril: Atena, Lda..
- Cann, J. P., 1998. *Contra-subversão em África: como os portugueses fizeram a guerra em África 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Cann, J. P., 2005. *Contra-subversão em África: como os portugueses fizeram a guerra em África 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Coelho, A. R., 1996. *O desenvolvimento da estratégia militar e a organização logística de apoio aos teatros de operações. O caso de Moçambique*. Lisboa, IAEM.
- Coelho, A. R., 2010. A Logística Terrestre e a Guerra do Ultramar. *Revista Militar*, Dezembro, pp. 1329-1358.
- Estado Maior do Exército, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Vol.1 - Enquadramento Geral, 2ª Edição*. Lisboa: EME / CECA.
- Estado Maior do Exército, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Vol. 4 - Dispositivo das Nossas Forças - Moçambique*. Lisboa: EME / CECA.
- Estado Maior Exército, 2012. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 6ºVol, Aspectos das actividade Operacional, Tomo III, Livro II Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974)*. Moçambique: s.n.
- Exercito, E. M. d., 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. Lisboa - 2ª edição: EME / CECA.
- Jorge, A., 2003. A atividade Logística no Teatro de Operações. Em: *As Campanhas de Moçambique durante o conflito ultramarino Português*. Lisboa: IAEM, pp. 311-326.
- Lousada, A. P., 2011. *Da NATO para o Mato ou a Reestruturação da Estratégia Portuguesa*. s.l.:Lusíada História.
- Mesquita, T.-G. V. M. M. d., 2011. No início e no fim da Guerra em Angola. *Revista Militar*, Volume junho/julho.
- Monteiro, P. d. S., 2013. A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África (1961 a 1964). *Revista Militar*, Agosto / setembro, pp. 725 - 764.
- Nielsen, S., 1979. *The White Devil of Mozambique, Soldier of Fortune*. s.l.:s.n.
- Repartição/QG/RMA, 4., 1972. *Relatório Situação Logística*, Luanda: s.n.



Santos, L. d., 2015. *Comissão em Angola* [Entrevista] (4 Fevereiro 2015).

Tavares, J. M., 2013. A Logística do Exército em África (1961/74): Princípios, funções e organização. *Revista Militar*, Volume 2535, pp. 285-299.

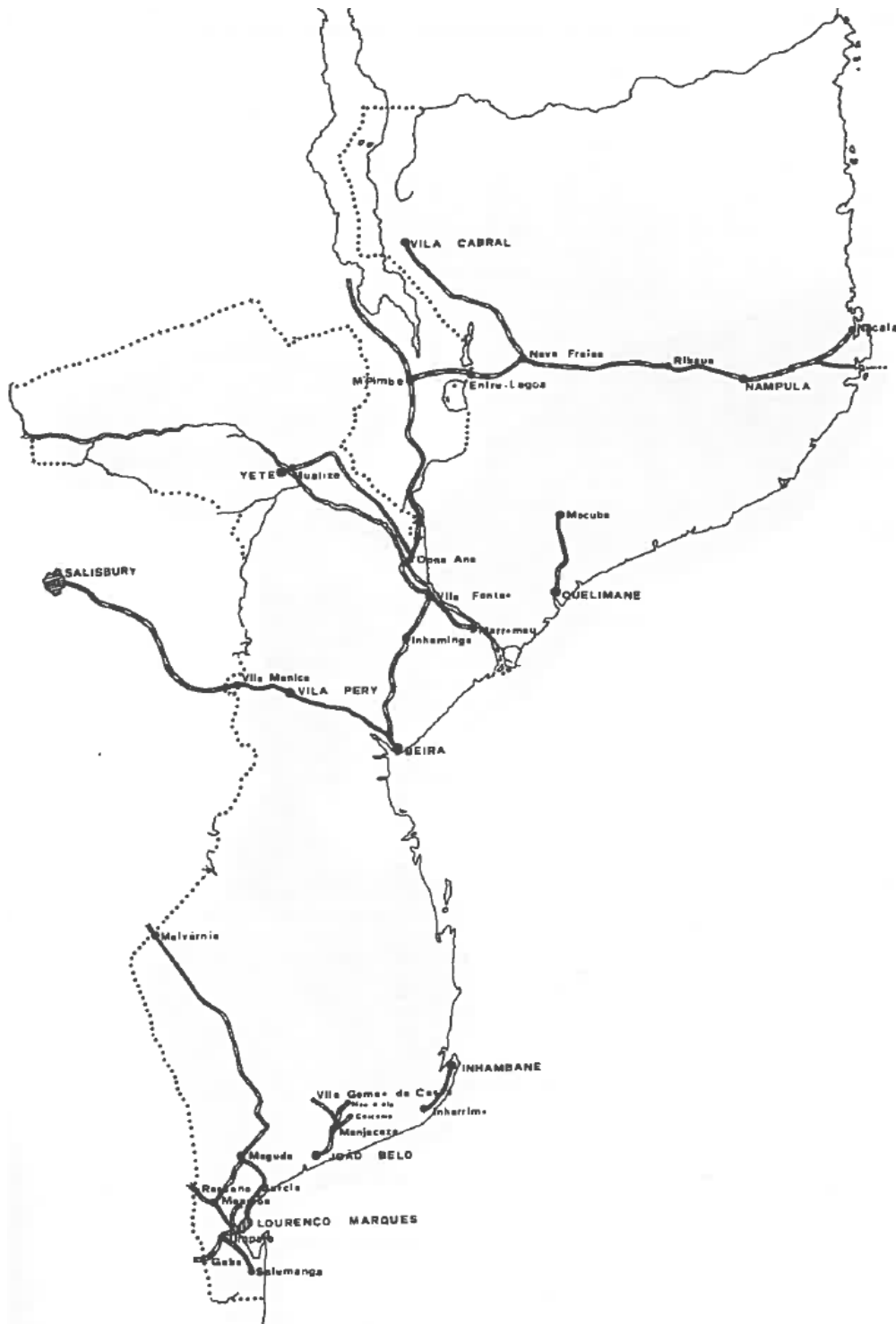
Telo, A., 2005. *Ultramar 1961-74*. Lisboa: Gradiva.





Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

Anexo B — Rede de caminhos de ferro de Moçambique



**Fonte:** (Estado Maior do Exército, 1989)





**Apêndice A — Transcrição da entrevista realizada ao Exmo. TGEN Adelino Rodrigues Coelho**

Data da Entrevista: 03 de Maio de 2016 (16h30 – 18h00);

Identificação dos entrevistadores:

- CAP Luís Quinto;

- CAP Sérgio Enes;

Tipo de entrevista: presencial, semi-estruturada;

Nome do entrevistado: Adelino Rodrigues Coelho, TGEN;

Q: Qual a experiência que teve em termos logísticos na Guerra do Ultramar, concretamente no Teatro de Operações de Moçambique?

AC: Inicialmente tive em Angola. Quando vou para Moçambique, a guerra estava a arrancar. Sou colocado em Nampula numa fase em que a guerra estava a iniciar-se. Houve uma pessoa que marcou a guerra em Moçambique: o GEN Kaúlza de Arriaga. Tive em Angola em 61-63. Tive em Moçambique em 71-73. Vivi o início [da guerra] em Angola e voltei a viver o início do conflito em Moçambique.

Q: Antes do início do conflito em Moçambique, sendo espectável um conflito também nessa região depois do que se viveu em Angola e na Guiné, sente que poderia ter sido feito algo para preparar a guerra também ali, especialmente em termos logísticos?

AC: No início dos conflitos, Moçambique estava praticamente fora da guerra. A base do conflito estava a norte e toda a base logística nacional está instalada a sul, na capital. Não havia ligação entre o sul e o norte, entre Outubro e Maio uma vez que devido às chuvas, as estradas ficavam intransitáveis. Todos os movimentos terrestres eram feitos com muita dificuldade. Ou iam por via marítima ou por Mopeia, ligando a parte sul à parte Norte.

Q: Numa fase inicial o Quartel-General estava a Sul (capital). Só numa fase avançada da guerra é que o centro de decisão militar passou para a zona Norte de Moçambique. Acha que essa demora foi devida a que fatores? Essa demora teve influência no desenvolvimento da guerra?



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

---

AC: A zona sul estava alheada da guerra por não existirem ali conflitos. Assim existia [na zona sul] alguma despreocupação em relação ao conflito.

Q: Qual a relação com a Metrópole durante o conflito?

AC: A zona sul perguntava-se se não existiriam soldados em Portugal para combaterem ali. A guerra foi construída ao longo do tempo: primeiro em Angola, depois na Guiné, e só depois em Moçambique. E mesmo em Moçambique foi dividido em várias fases.

O apoio dado pela metrópole, ia fundamentalmente para Angola; Quando começou a ser enviado apoio da metrópole para Moçambique, foi já enviado para Nampula, numa fase mais avançada. Inicialmente a guerra desenvolveu-se quase sem apoio da Metrópole.

A guerra em Moçambique começa a ser desenvolvida no norte. Depois junta-se a província de Tete. Só depois, já numa fase muito tardia a zona de Gaza e Inhambane.

Q: Antes do conflito existia uma grande ligação a África do Sul. Durante o conflito é difícil perceber se essa ligação se manteve. Como funcionou o apoio de África do Sul durante a guerra?

AC: Durante a Guerra, embora tivesse escrito que AS não podia apoiar Portugal, o apoiou aumentou, embora oficiosamente. Tudo o que vinha de AS vinha escondido mas era muito importante.

A operação que foi desenvolvida no norte (Nó Gordio) foi praticamente toda apoiada através de África do Sul.

Q: Acha que esse fator influenciou o desenvolvimento do conflito?

AC: Sim, sem dúvida.

África do Sul, embora oficiosamente, foi sempre a base de apoio logístico de Moçambique. Só quando se passou o apoio logístico para próximo do conflito (para norte), se sentiram os problemas devido à distância com África do Sul.

Nessa fase sentiu-se muito mais a falta de apoio da Metrópole, também por maiores dificuldades de apoio por parte de África do Sul.

Q: Quais as maiores limitações sentidas em termos logísticos?

AC: Em Angola não existia nenhum país próximo que pudesse apoiar Portugal. Assim os apoios tinham de vir da Metrópole.



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

---

Com Moçambique passa-se o contrário: existia a possibilidade de apoio por parte de África do Sul, que devido à grande distância Moçambique – Metrópole, tornava-se uma solução muito viável;

Q: Como decorreu o apoio dos estabelecimentos fabris do Exército, durante o conflito?

AC: Fundamentalmente era a parte de Intendência. O fabrico e a metalomecânica tiveram um papel importante. No entanto, os estabelecimentos apoiavam-se fundamentalmente na metrópole. Assim, a grande maioria dos apoios vinha de África do Sul. Poucas coisas acabavam por vir da metrópole. O apoio era fundamentalmente ao nível de intendência e metalomecânica.

Q: Que tipo de abastecimentos vinha de África do Sul?

AC: África do Sul tinha também dificuldades em termos de alimentação. Em termos de mecânica existia algum apoio. Existia também em termos de material que, embora pouco, era muito relevante uma vez que era muito mais complexo e dispendioso enviar esse mesmo apoio da Metrópole. Assim, África do Sul tornou-se uma fonte viável de apoio, sendo muito mais célere e menos dispendioso. O apoio de África do Sul, em manutenção foi importante. Combustíveis, armamento e munições vinham da Metrópole.

Q: Existia algum tipo de preparação ou formação das tropas específico para cada teatro, concretamente o pessoal que era enviado para Moçambique? Existiam diferenças na preparação para cada um dos teatros?

AC: Existia alguma preparação, no final do período de formação, mas pouco significativo, uma vez que o tempo total era mínimo. Não havia tempo para aprofundar a preparação especificamente para os teatros. Não existia grande diferenciação entre a preparação para cada um dos teatros já que tinham características semelhantes.

A preparação era feita mais lá (no teatro) do que cá (na Metrópole). As tropas ambientavam-se já na área de atuação. Eram projetados para as várias áreas de atuação e treinavam aí para se ambientarem ao terreno e outros fatores.

No princípio os Abastecimentos ficavam em Lourenço Marques. Há medida que o conflito se agravou, começou a enviar-se tudo para as zonas com guerra.



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

---

Durante a 3ª fase da Operação, o pessoal e os abastecimentos passavam todos por Lourenço Marques mas eram enviados de imediato para as zonas de conflito. A maioria dos militares que esteve projetado em Moçambique não conheceu Lourenço Marques. Eram enviados de imediato para as zonas de conflito.

Q: Quem foi o Governador militar que revolucionou o apoio logístico em Moçambique? (situação identificada na pesquisa bibliográfica) Quem foi o militar que mais marcou o conflito?

AC: Sem dúvida o General Kaúlza de Arriaga. O General Kaúlza de Arriaga era um militar carismático e foi com ele que o conflito se desenvolveu. Foi com ele que tanto as operações como o apoio logístico passaram para próximo da zona de conflito.

Com o anterior governador toda a parte de comando e apoio manteve-se em Lourenço Marques.

A chegada do General Kaúlza de Arriaga foi uma revolução, tanto em termos logísticos como operacionais.

Concretamente, por exemplo, durante a preparação da operação “Nó Gordio” o General Kaúlza de Arriaga fazia todos os dias uma reunião no Quartel-general e estava calado quase toda a reunião. No final concluía, advertia os seus oficiais, identificava os aspetos a melhorar, e dava as suas indicações específicas para as operações.

Recordo-me de lhe dizer que: essa operação não poderia avançar porque a aquisição de apoio logístico a África do Sul estava proibida. Após alguns darem a sua opinião o General Kaúlza de Arriaga disse estar ciente dessa situação mas assumia que o apoio logístico iria ser feito através de África do Sul, embora fosse proibido. Essa decisão, prontamente assumida por ele, marcou de forma fundamental as operações em Moçambique, concretamente a Nó Gordio uma vez que devido à grande distância da Metrópole, era muito complicado realizar o apoio logístico de qualquer outra forma. O General Kaúlza de Arriaga disse: “É a minha decisão e não há problemas com isso!”.

Os relatórios logísticos da altura fundamentam a grande diferença de apoio e material deslocado para Nacala (base de transportes de Nampula);

Em termos de opinião internacional Portugal estava numa fase difícil, uma vez que poucos países não descolonizaram após 1961.

Q: Para além das chuvas, exista mais algum fator que tenha limitado os transportes?



## Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)

---

AC: As chuvas são prioritárias. A chuva condiciona em muito a parte operacional e logística. Na parte operacional os movimentos ficam condicionados. Na parte logística são os transportes que são influenciados. Depois há também a temperatura e o clima, mas isso é aplicável a todos os teatros.

Em termos de meios de transporte considero fundamental a coordenação dos meios aéreos e os meios terrestres. Conseguiu-se sempre dar prioridade às necessidades das operações. Existia uma grande ligação entre o Exército e a Força Aérea. Era dada uma grande autonomia aos meios disponibilizados pela Força Aérea, às operações. Os escassos meios que a FA tinha, estavam todos ao dispor do Exército.

No caso da marinha, embora não fosse tão significativo como por exemplo na Guiné, funcionava também bastante bem. Os meios da Marinha estavam fundamentalmente no norte de Moçambique e aí sim funcionava bem. No interior não existia intervenção.